



# CLIPPING



20 de  
Outubro  
2021

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

# REPÓRTER

# 70

## > TRABALHO PRESENCIAL

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), que abrange os Estados do Pará e Amapá, convocou para o dia 3 de novembro o retorno de 100% de seus servidores para o trabalho presencial. A programação de audiências já agendadas, incluindo as previstas para o modelo híbrido, está mantida. O TRT8 não descarta manter audiências telepresenciais mesmo após o fim das restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus.

## RODÍZIOS

A Justiça do Trabalho chegou a suspender o trabalho presencial em suas unidades do Pará e Amapá, em março do ano passado, bem no início da pandemia. Em fevereiro deste ano, 50% dos servidores voltaram para os escritórios. Em maio, o percentual de trabalhadores nos prédios do TRT8 chegou a 75%.

## SUSPENSÃO

Mesmo assim, os servidores da Justiça do Trabalho ainda podiam alternar períodos presenciais e remotos, com rodízios entre os integrantes das equipes, um sistema que será suspenso a partir de novembro.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

---

## EMPOUCASLINHAS

- O desembargador do Tribunal de Justiça do Pará, Mairton Marques Carneiro, que atua como ouvidor agrário estadual, foi nomeado como coordenador da Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários pelo governador Helder Barbalho.
- **No próximo sábado será encerrada a campanha “Círio Solidário” que arrecada cestas básicas de alimentos para famílias de baixa renda.**
- A campanha foi coordenada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em parceria com o Ministério Público do Pará e outras organizações.
- **Foram arrecadadas 6,3 mil cestas básicas contendo 15 itens, inclusive absorventes íntimos.**
- As cestas já começam a ser entregues para comunidades ribeirinhas e de zonas periféricas da Região Metropolitana de Belém.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## TERRA SANTA

**Juiz afasta secretário municipal de Saúde****ÂNDRIA ALMEIDA**  
DE SANTARÉM

A Promotoria de Justiça do município de Terra Santa pediu, nesta terça-feira (19), em medida cautelar, o afastamento imediato da função pública do secretário municipal de Saúde e da diretora do Hospital Municipal de Terra Santa. O afastamento foi pedido no âmbito de investigações que apuram contratações diretas de três pessoas que se passavam ilegalmente por médicos no hospital.

Segundo o Ministério Público do Estado (MPPA), durante as investigações que ainda estão em curso, verificou-se que o secretário municipal de Saúde, Anderson Silva Cavalcante, e a diretora do hospital da cidade, Rejane Maciel Pantoja Bentes, estavam se valendo de seus cargos públicos para perpetuarem a prática criminosa do exercício ilegal da medicina pelos supostos médicos.

A medida cautelar foi requerida pelo promotor de justiça titular de Terra Santa, Guilherme Lima Carvalho, e a decisão é do juiz Rafael do Vale Sousa. O secretário de Saúde e a diretora do hospital devem se afastar imediatamente das funções, ficando avisados que o descumprimento de cautelar poderá ensejar à prisão preventiva dos acusados.

O pedido foi apresentado pelo Ministério Público como desdobramento das investigações que apuram a contratação direta, sem a observância dos requisitos legais, de Camilo Escalona Aguiar, Hendry Yasary Jane Milian e Ana Karina

de Sousa Vargens, que se passavam por médicos para atuar no Hospital Municipal de Terra Santa.

O MPPA realizou a oitiva do controlador-geral e do controlador interno do município, que afirmaram que além de não ter havido qualquer pedido de contratação dos não médicos, foram realizados diversos avisos ao requerido para que regularizasse a situação, ou seja, para que fossem demitidos.

A decisão destaca que a “medida é prudente e razoável, a fim de evitar maiores riscos não apenas ao erário público e probidade da administração, mas, principalmente, a toda a população terrasantense que depende do serviço público de saúde e merece ser atendida por profissionais devidamente habilitados”.

O secretário de Saúde, Anderson Cavalcante, afirmou que os profissionais foram chamados para uma visita técnica concedida por ele, para que os médicos fossem até Terra Santa conhecer a realidade da cidade. Segundo ele, o município solicitou médicos para outros municípios do Baixo Amazonas.

“Como nada consta, não há contratação, pagamentos, eu considero isso uma irresponsabilidade de me expor e expor os profissionais, uma vez que apenas manifestaram o interesse de, se o município fosse contemplado pelas bolsas do programa federal Mais Médicos, onde os mesmos atuaram no município de Santarém e Itaituba, eles demonstraram interesse de ir trabalhar em Terra Santa”, justificou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD** REPÓRTER  
DIÁRIO

**LINHA DIRETA**

**As promotorias de Justiça Criminais** de Icoaraci vão atuar para identificar bares e similares em situação irregular no distrito e em Outeiro para regularizá-los junto aos órgãos competentes no intento de diminuir as ocorrências de violência no entorno desses estabelecimentos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

**PARÁ**

## **Mandados judiciais e páginas de tribunais abordarão campanha contra violência infantil**


Recomendação do CNJ reforça proteção a crianças e adolescentes



o Liberal

19.10.21 18h20



 Recomendação do CNJ reforça nos tribunais do Brasil enfrentamento da violência infantil (Alliance Blinkwinkel)

Uma nova frente de atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acaba de ser definida para o enfrentamento da violência infantil:

tribunais de todo o País passam a divulgar, em suas páginas oficiais e nos mandados judiciais, campanha contra essa prática contra crianças e adolescentes, com a finalidade de informar aos usuários do sistema de justiça os canais de comunicação para proteção do público infantojuvenil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Recomendação nesse sentido foi expedida pelo CNJ. Mais de 6 mil mortes violentas desse público foram identificadas no País em 2020, na pandemia.

A Recomendação CNJ nº 111/2021, assinada pelo presidente do Conselho, ministro Luiz Fux, surgiu da necessidade de sensibilizar tanto a população quanto os demais agentes de proteção infanto-juvenil sobre a importância do tema. O ato normativo aprovado pelo plenário do CNJ também sugere aos tribunais que os mandados judiciais passem a conter a informação de que é dever de todos, sem exceção, proteger crianças e adolescentes contra a violência e que esse documento oficial também passe a circular com informações sobre os meios de comunicação para a apresentação de denúncias de violência infantojuvenil.

## Violência

A conselheira Tânia Regina Silva Reckziegel, que relatou a matéria, solicitou subsídios ao Fórum Nacional da Infância e Adolescência (Foninj) e obteve informações confirmando que a violência contra crianças e adolescentes é um problema que se alastra ao longo dos anos e aumentou e expressivamente durante a pandemia do novo coronavírus Covid-19.

Em parecer sobre tema, o Foninj citou dados do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública com informações de que, em 2020, ao menos 267 crianças de 0 a 11 anos e 5.855 crianças e adolescentes de 12 a 19 anos foram vítimas de mortes violentas ou intencionais. As 6.122 mortes por causas violentas ocorreram por tipos diversos de agressões, com destaque para agressão e outros meios como “atear fogo”.

O relatório chama a atenção para o fato de que 5% dessas vítimas tinham de 0 a 14 anos, 1% entre 5 e 9 anos e 3% entre 0 e 4 anos o que remonta um total de mais de 480 vítimas até 14 anos, com mais de uma morte por dia em 2020. O Foninj destacou ainda que, na faixa entre 0 e 14 anos, a totalidade das agressões ocorreram dentro do ambiente familiar ou comunitário.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A partir dessas ocorrências, a justificativa que embasou a recomendação é baseada no fato de que “faz-se necessária a criação de campanhas de divulgação e conscientização do papel da rede de apoio (conselhos tutelares, defensorias públicas, Ministério Público, tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal, rede de ensino público e particular, hospitais e postos de saúde)”.

Com informações da Agência CNJ de Notícias.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)